



PARA ALÉM DA SALA DE AULA

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

[organização

Camila D'Ottaviano
João Rovati

PARA ALÉM DA SALA DE AULA

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

[organização

Camila D'Ottaviano
João Rovati

© 2017 FAUUSP

revisão

Camila D'Ottaviano
João Rovati

projeto gráfico

Paula Custódio de Oliveira

impressão e encadernamento

LPG - FAUUSP
Coord. José Tadeu de Azevedo Maia

1ª edição: novembro de 2017

P221

Para Além da Sala de Aula. Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional/ Organização: Camila D'Ottaviano, João Rovati. - 1º ed. - São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017.

146 p. : il; 26,5x20cm

ISBN (impresso): 978-85-8089-112-6

ISBN (digital): 978-85-8089-115-7

1. Extensão Universitária. 2. Planejamento Urbano. 3. Planejamento Regional. 4. Ensino. I. D'Ottaviano, Camila. II. Rovati, João.

"O único lugar que existe é o dia de amanhã. A nossa utopia é fazer alguma transformação já."

José Saramago, 2005

À MEMÓRIA DO AMIGO **RODRIGO SIMÕES**

[sumário

6	. A Extensão Universitária na ANPUR: um primeiro ciclo Camila D'Ottaviano . João Rovati
12	parte um
14	1 OS TERRITÓRIOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA João Rovati . Camila D'Ottaviano
26	2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE CRISE Fabiana Dultra Britto
36	3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA Maria Arminda do Nascimento Arruda
48	parte dois
50	4 EXTENSÃO EM PRELÚDIO. CRÔNICA DAS OFICINAS DE PRÁTICAS URBANAS DO XVII ENANPUR Karina Leitão . Caio Santo Amore
68	FICHAS OFICINAS DE PRÁTICAS URBANAS
92	5 A EXTENSÃO NA FAUUSP Coletivo Caetés . FAU Social . Grupo de Construção Agroecológica
112	6 A EXTENSÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO: CONSTRUÇÃO DE DIÁLOGO ENTRE FAVELA E ACADEMIA Coletivo LabLaje
122	7 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO XVII ENANPUR João Rovati . Caio Santo Amore . Regina Lins
138	. POSFÁCIO . Luciana Lago
140	. sobre os autores
144	. crédito imagens



Coletivo Caetés
FAU Social
Grupo de Construção Agroecológica FAU
A EXTENSÃO NA FAUUSP

5 /

A extensão, junto com ensino e pesquisa, é um dos três pilares da universidade. De acordo com o Artigo 3º do Regimento de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo (Resolução 5940/2011), “visa estender à sociedade suas atividades, indissociáveis do ensino e da pesquisa”. Ou seja, a extensão é o braço da universidade responsável pelo contato direto com a sociedade. No entanto, ainda que constitua seu tripé, a extensão é a base mais frágil da universidade, recebendo menos investimentos e recursos e ficando em um plano secundário em detrimento do ensino e da pesquisa. Nesse contexto, grupos ligados à universidade que se propõem a trabalhar diretamente com a sociedade enfrentam as mais diversas dificuldades. Ainda que em um cenário desfavorável, nos últimos cinco anos, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), iniciativas estudantis extensionistas vêm emergindo e colocando em pauta a importância da *práxis* na formação do arquiteto e urbanista e do designer. Inserem-se aí o Coletivo Caetés, a FAU Social e o Grupo de Construção Agroecológica. Este texto pretende ser uma reflexão conjunta desses três grupos sobre a Extensão Universitária, apresentando o cenário recente da FAUUSP. É fundamental destacar que as atuais atividades de Extensão Universitária da instituição não são algo homogêneo, pelo contrário, há diversos coletivos de extensão, de iniciativa estudantil ou não, que seguem as mais variadas linhas de ação. No entanto, quando os três grupos se reuniram para escrever este texto, ainda que com entendimentos distintos sobre a extensão, o que ficou evidente é que algumas dificuldades enfrentadas são comuns.

O primeiro ponto a ser considerado é a dificuldade em conceituar a Extensão Universitária. O tema está em constante construção e debate, visto que herda de diversas fontes seus modos de atuação, propósito, objetivos, valores e definições, carregando, portanto, uma certa subjetividade conceitual, que acaba por moldar as atuações de extensão em diversas formas, cada uma com sua peculiaridade organizacional, formal, conceitual, derivativa e interpretadora do acúmulo histórico que possa vir a conter. A primeira percepção de extensão que o estudante têm ao ingressar no curso pode variar de acordo com as oportunidades que se apresentam, em um espaço tão rico e ao mesmo tempo tão carente de recursos quanto a FAUUSP.

Tradicionalmente, projetos de extensão envolvem vínculo formal com um professor orientador, que submete o projeto a alguma agência financiadora, podendo ser a própria universidade, a fim de conseguir recursos para executá-lo. Os estudantes de graduação participantes não têm, de modo geral, autonomia, devendo respeitar a hierarquia professor-aluno. Outros projetos de extensão muitas vezes não são formalizados por esse sistema, e sim inseridos em alguma disciplina, onde os estudantes realizam uma tentativa de disciplina-extensão, com o ideal de interação real com o meio estudado, diálogo com a comunidade ou espaço onde o projeto será realizado, porém esbarrando no próprio caráter de disciplina, que, em geral, presume um exercício fictício e não materializável.

Visto essas duas propostas iniciais, grupos de estudantes autônomos, organizados nos denominados *coletivos*, tendem a se reunir no anseio de aplicar seus conhecimentos e desenvolver desde cedo o papel social do arquiteto e do designer, realizando projetos de forma voluntária, às vezes precarizada, dependendo em alguns momentos de sacrifício acadêmico e contando primordialmente com a determinação e sentimento de militância intrínsecas ao grupo. Ou seja, a responsabilidade social do estudante de universidade pública, que almeja fazer valer o investimento da sociedade na atuação social sobre o espaço público e nas camadas mais fragilizadas do espaço e da população, em muitos momentos se sobrepõe às adversidades. Esse anseio é caracterizado pelo reconhecimento da importância de aprender com o conhecimento popular do real espaço construído, na tentativa de romper com a reconhecida bolha acadêmica e trocar experiências nesse meio de trabalho, convivência e aprendizado.

De forma nenhuma, porém, os grupos de alunos que realizam extensão autonomamente ou voluntariamente esquecem da complicada realidade em que o ensino público se encontra, em situação de sucateamento por governos participantes de uma agenda privada, preocupada exclusivamente com situações técnico-administrativas, embebido na mais profunda burocracia da caricatura que se desenvolve no sistema público entregue a interesses que não envolvem a população, relevando, assim, o fato que a universidade pública precisa ter a educação, a qualidade do ensino e a infraestrutura necessárias como prioridade. A cobrança, a militância

traduzida em organização política, a pressão sobre a burocracia para investir na extensão como atividade formadora, democrática, popular e interligada com a sociedade jamais cessará, mesmo que os diversos grupos de extensão consigam eventualmente atuar com recursos escassos, por meio de valorosos sacrifícios pessoais.

Diferentemente da pesquisa, em que há variadas agências de financiamento, os editais mais acessíveis à extensão são os da própria universidade. Na USP, em 2016, o Programa Aprender com Cultura e Extensão, que fornecia bolsas de extensão a alunos da graduação, foi substituído pelo Programa Unificado de Bolsas (PUB), que integra a Política de Apoio à Permanência e Formação Estudantil. Ou seja, o único programa de subsídio à extensão da universidade foi unido com a permanência estudantil, medida que enfraquece os dois pontos e resulta no ingresso de estudantes em algum projeto de extensão não pelo interesse no projeto em si, mas por uma necessidade. Além disso, o PUB exige que o projeto seja submetido por um professor orientador. Assim, os projetos de iniciativa estudantil, para conseguirem auxílio da universidade, precisam recorrer a algum professor que aceite ajudar o grupo enviando o projeto, deixando a atividade do coletivo dependente da boa vontade de professores amigos.

Outra dificuldade enfrentada é o entrave que o curso de graduação pode vir a ser. Nos três primeiros anos, o estudante se depara com uma grade curricular praticamente lotada, podendo chegar até 40 créditos semestrais, o que resulta em 8 horas por dia de aula, somadas às várias

horas despendidas na realização dos trabalhos, seminários, estudo de conteúdo para provas, fora do horário de aula, dificultando a realização de um projeto de extensão. Assim, para participar de projetos de extensão, o aluno precisa trancar algumas disciplinas de sua grade ou trabalhar nos momentos de folga e descanso. É interessante ressaltar que a aproximação com a prática deveria ser prioridade na estrutura curricular dos cursos de arquitetura e urbanismo e design. No entanto, esse ponto acaba tendo pouca relevância em detrimento de uma extensa carga horária de disciplinas obrigatórias.

Uma questão também importante é o fato do pouco acúmulo de experiências de atividade de extensão na FAUUSP. Não que elas não tenham ocorrido; ocorreram, no entanto, não foram sistematizadas a fim de compartilhar as experiências com as gerações futuras. Assim, grupos extensionistas que surgem têm, de modo geral, poucas referências de experiências passadas e praticamente desconhecem coletivos de iniciativa estudantil que já atuaram na instituição. Este ponto evidencia como a extensão é tratada num segundo plano, distante da produção acadêmica que vai escrever artigos e publicações. Considerando isso, a seguir, apresenta-se experiências dos três coletivos autores deste texto.

Coletivo Caetés

O Caetés é um coletivo formado por estudantes de graduação de arquitetura e urbanismo da FAUUSP. Consolidou-se como coletivo no primeiro semestre

de 2016, quando a professora Karina Leitão reuniu um grupo de estudantes para trabalhar no projeto do Complexo Esportivo Dr. Sócrates Brasileiro na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Anteriormente, em 2015, alguns desses alunos participaram de uma roda de conversa sobre Escritórios Modelo com o Escritório Modelo Mosaico da Universidade Presbiteriana Mackenzie, o Grupo de Construção Agroecológica da FAUUSP e as assessorias técnicas Usina e Peabiru. Dessa conversa, surgiu o interesse em constituir um grupo para atuar de forma prática e direta com a sociedade civil, vontade concretizada por meio do projeto na ENFF.

Com um pouco mais de um ano, o coletivo, que está em constante construção, busca atuar com organizações e movimentos sociais, em especial os de luta por terra e moradia, de forma horizontal, não impositiva, buscando sempre o diálogo e respeitando, assim, a autonomia dos grupos com os quais trabalhamos. Além disso, visa promover a formação coletiva, tanto de seus membros quanto de outros atores envolvidos com o grupo por meio dos projetos, espaços de debate e vivência. Nesse contexto, a função da arquitetura e urbanismo está em constante debate dentro do coletivo, que busca atuar fora da lógica mercadológica e excludente da área. Em constante debate também está o papel da universidade pública e sua relação com a sociedade.

Desde sua fundação, o coletivo atua com aproximadamente dez pessoas, organizadas em três subgrupos: Comunicação Interna, Comunicação Externa e Financeiro. Além disso,

dependendo da quantidade de projetos, há a organização por diferentes frentes de trabalho. O Caetés não possui nenhum professor orientador e não há processo seletivo para a entrada de novos membros. Quanto à seleção e periodicidade dos projetos, os dois pontos ocorrem de forma orgânica, não havendo um processo para seleção de projeto e nem um período estipulado para sua realização. Assim, os projetos chegam ao coletivo, de modo geral, por meio de seus integrantes ou pessoas que conhecem o grupo. Em seu primeiro ano, o coletivo atuou somente no projeto do Complexo Esportivo Dr. Sócrates Brasileiro. No entanto, agora no início de seu segundo ano de atuação, o coletivo está trabalhando com a segunda etapa do Complexo Esportivo e com a elaboração do Plano de Massas do Assentamento Comuna da Terra Irmã Alberta, também do MST, localizado na Zona Norte do município de São Paulo.

Inicialmente, o coletivo não se propunha a atuar como Extensão Universitária, mas sim como um grupo aberto a pessoas com diferentes formações e graus de escolaridade. Entendia-se que a Extensão Universitária, sendo um dos pilares da universidade, tem um forte caráter

institucional e tradicionalmente a figura de um professor orientador, o que, respectivamente, afastaria possíveis membros sem ligação com a USP e criaria uma hierarquização na atuação do coletivo. Com o passar do tempo, o grupo foi espontaneamente se aproximando da Extensão Universitária, seja por ser formado somente por estudantes da USP, seja pela necessidade de se manter financeiramente e a bolsa de extensão da universidade ser uma das poucas opções de recurso. No entanto, pela dificuldade de entender o que é a Extensão Universitária, ainda temos dúvidas e incertezas quanto à nossa atuação como grupo de extensão: somos um grupo de Extensão Universitária popular? Somos um grupo autônomo que realiza Extensão Universitária? Grupos ligados à universidade e que atuam com qualquer setor da sociedade civil são de Extensão Universitária? A Extensão Universitária é uma iniciativa neoliberal ou contra-hegemônica dentro da universidade? Ainda que com mais dúvidas do que respostas concretas, o coletivo acredita que há a necessidade de fortalecer e reforçar a relação universidade-sociedade, necessidade que fica mais latente em um cenário de crise.

Construção de Arquibancada. Complexo Esportivo Dr. sócrates Brasileiro, ENFF, 2016

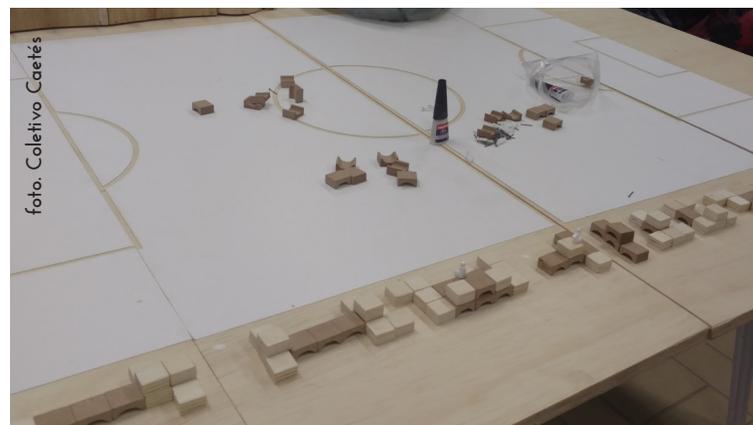


Como dito anteriormente, o Complexo Esportivo Dr. Sócrates Brasileiro foi o primeiro trabalho do coletivo. O projeto vem de uma demanda da ENFF – espaço de formação política do MST, localizado em Guararema, interior de São Paulo – por espaços para a prática esportiva dentro da escola. Tradicionalmente, os espaços da ENFF são providos de significados políticos e homenageiam figuras importantes para a esquerda brasileira. Assim, aliando esporte e política, o Complexo Esportivo homenageia o jogador de futebol Sócrates, figura importante pela politização do esporte por meio do movimento conhecido como Democracia Corinthiana.

O Complexo Esportivo abarca um campo de futebol, arquibancadas, vestiários, quadra de vôlei e um memorial em homenagem a Sócrates. O projeto foi dividido em duas etapas: na primeira, foram construídos o campo, a arquibancada e os vestiários; para a segunda etapa, estão previstos a quadra de vôlei e o memorial. Para a execução da primeira etapa, foi realizada uma campanha de financiamento coletivo pela Internet para a arrecadação dos recursos necessários. Para a execução da segunda etapa, também está previsto o lançamento de uma nova campanha de financiamento coletivo.

Inicialmente, o projeto seria realizado em somente uma etapa e o coletivo ficaria responsável por toda a execução. Com o decorrer do projeto e a pressão pela inauguração, a escola decidiu realizá-lo em duas etapas e dividiu o projeto com outros atores. Assim, na primeira etapa, o campo de futebol foi feito por uma empresa prestadora de serviços contratada e o vestiário, que teve o projeto original

Construção de Arquibancada.
Complexo Esportivo Dr. Sócrates Brasileiro, ENFF, 2016



Maquete Física.
Complexo Esportivo Dr. Sócrates Brasileiro, ENFF, 2016

feito pelo Caetés, foi, para sua execução, modificado por uma engenheira civil também contratada pela escola. A arquibancada foi a única parte do projeto de total responsabilidade do coletivo.

Junto à ENFF, foi definido que a arquibancada deveria fugir da forma tradicional, sendo mais fluida e maleável e possibilitando, assim, que fosse utilizada também fora dos momentos de jogos no campo, como um espaço de vivência e estar da escola. Considerando esse ponto, o coletivo produziu alguns protótipos no Canteiro Experimental da FAUUSP, testando três diferentes

técnicas: banco de hiperadobe, banco com base de tijolo e tampo pré-moldado de concreto e terra armada, e banco de tijolo com tampo de concreto moldado *in loco*. Depois de uma conversa com a escola, definiu-se que a técnica utilizada seria a terceira.

A construção da arquibancada ocorreu em um formato de curso de construção oferecido a acampados, assentados e militantes do MST convidados pela Escola para o projeto. Durante aproximadamente um mês, essa brigada de construção ficou na escola sob supervisão do mestre de obras José Silva do Nascimento, que também orientou o coletivo na produção dos protótipos. Um dos principais objetivos do curso era unir a prática da construção com o desenho arquitetônico, compreendendo que essa união é uma ferramenta de emancipação ao não separar o pensar do executar. Assim, dentro do curso, além da prática da construção, houve oficinas para a

definição coletiva da implantação da arquibancada, oficinas de desenho e atividades que buscaram refletir sobre a hierarquização na construção civil.

Ao longo do projeto, o coletivo enfrentou diversos problemas, sendo uma das principais dificuldades a questão financeira. Em seu primeiro ano de atuação, o grupo não contou com nenhum auxílio vindo da universidade ou de qualquer outra fonte financiadora. Assim, os gastos advindos do projeto foram cobertos, de modo geral, pelos próprios membros, que, para isso, precisaram dividir o trabalho com outras atividades remuneradas, conciliando-as com o projeto e disciplinas da graduação. Além disso, o Complexo Esportivo ganhou uma expressão midiática grande, fato que pressionou a aceleração da execução do projeto em detrimento de um processo mais horizontal. Como resultado, a Escola contratou a empresa e a engenheira civil para realizarem, respectivamente, a execução do campo e dos vestiários de modo

Reunião Caetés e ENFF, 2016



mais tradicional e algumas atividades previstas no curso de construção da arquibancada não ocorreram. Ainda mais, pela quantidade de trabalho demandado e falta de tempo, as atividades de formações teóricas do coletivo, que são parte prioritária para o grupo, ficaram em segundo plano e quase não ocorreram. Assim, o coletivo sentiu muitas vezes que o projeto havia se transformado somente em execução alienada de trabalho prático, sem uma colocação crítica da atuação do grupo. Esses pontos, em alguns momentos, trouxeram ao coletivo a dúvida se o projeto era Extensão Universitária com aproximação crítica da prática ou somente trabalho não remunerado.

Ainda assim, o projeto trouxe diversos aprendizados, sendo um dos maiores a vivência com a brigada de construção, que possibilitou trocas entre os membros do coletivo e assentados, acampados e militantes do MST de diferentes lugares do Brasil, com experiências de vida muito distintas dos alunos da FAUUSP. Além disso, o projeto proporcionou uma experiência de canteiro, aproximando os membros do coletivo da prática, o que, infelizmente, não é tão explorado dentro do curso de arquitetura e urbanismo. Ainda mais, o projeto exigiu dos membros do coletivo maturidade para lidar com os desafios, dificuldades e problemas enfrentados, tirando-nos da zona de conforto de projeto realizado dentro dos estúdios e sala de aula e nos levando à realidade.

FAU Social

A *FAU Social* é um coletivo de Extensão Universitária sem fins lucrativos, idealizado em junho de 2015 e inaugurado em janeiro de 2016 por alunos da FAUUSP, representando uma nova proposta de Extensão Universitária, dentre as várias possíveis, porém completamente autogerida. Seu modelo e estrutura refletem o modo como o grupo fundador observa uma possibilidade de extensão em formato de entidade, organizada, prática, autogerida e atuante. A entidade, composta exclusivamente por alunos matriculados na FAUUSP, atua em demandas reais de grupos da sociedade que não têm condições de acesso a serviços de arquitetura, urbanismo e design, e/ou que gerem impacto social positivo através da realização de atividades e projetos realizados diretamente em conjunto com a população, aplicando de fato o conhecimento aprendido em sala de aula e buscando integrar os conhecimentos acadêmico e popular.

Sua atuação é, acima de tudo, norteadada por valores como responsabilidade social, comprometimento, sensibilidade, transparência, coletividade, criatividade, apartidarismo, construção conjunta e retribuição à sociedade do investimento realizado em cada um dos membros da entidade, uma vez que são todos alunos de uma universidade pública, se distanciando de qualquer ação assistencialista ao prezar pelo empoderamento das comunidades.

Equipe FAU Social, Praça Só Alegria, Jd. Jaqueline, 2016



A FAU Social é a quarta “Social” a ser criada de uma rede de Sociais pela USP, que possuem estruturas básicas de organização semelhantes e que estão presentes, atualmente, em seis institutos da universidade. Elas são, por ordem de fundação: FEA Social, Poli Social, EACH Social, Sanca Social (Campus São Carlos) e Sanfran¹ Social (Faculdade de Direito), com interesse por parte de estudantes de outros institutos de fundarem novas Sociais.

Com relação à organização interna, a FAU Social, enquanto grupo de extensão autogerido, se estrutura de maneira horizontal e não hierárquica em seis áreas, cinco delas macroáreas administrativas e a área principal de projetos. As macroáreas administrativas são essenciais para a manutenção da entidade e gestão dos projetos, das pessoas, dos contatos externos e divulgação dos trabalhos da entidade. São as seguintes: Relações Públicas, Recursos Humanos, Eventos, Criação e Divulgação e Gestão de Recursos.

A macroárea de **Relações Públicas** é responsável pela comunicação externa da entidade, a representação nos diversos meios (internos e externos à FAU), e pela gestão dos documentos de referência da FAU Social, além do contato com os potenciais projetos, grupos parceiros e demais organizações com as quais possam trabalhar ou trocar experiências e conhecimentos.

A macroárea de **Recursos Humanos** é responsável por distribuir e acompanhar os membros da entidade nos projetos e macroáreas da entidade, realizar feedbacks internos, auxiliar na comunicação interna e atentar para que os valores e ideais da entidade sejam sempre observados. É responsável também por marcar, gerenciar e registrar Reuniões Gerais, além de organizar a chamada de novos membros.

¹ FEA - Faculdade de Economia e Administração, Poli - Escola Politécnica, EACH - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, e Sanfran - Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

A macroárea de **Eventos** é responsável por promover a integração interna dos membros, organizar eventos como rodas de conversa e palestras que abordam temas como ensino, arquitetura e urbanismo, design e projeto, além de eventos de interação com outras entidades e coletivos. Realiza também Ações Pontuais, que são atividades abertas de caráter social e voluntário de um ou dois dias, que abordam tarefas e discussões relacionadas à área de arquitetura, urbanismo e design distintas e independentes dos projetos semestrais.

A macroárea de **Criação e Divulgação** é responsável por realizar a produção gráfica necessária para a divulgação da entidade, pela gestão das mídias sociais e da identidade visual da entidade, além de realizar a formatação dos Relatórios Finais desenvolvidos pelos Grupos de Projeto a fim de constituir publicações físicas desses relatórios para serem disponibilizados para a Comunidade FAU e aos parceiros de Projeto.

A macroárea de **Gestão de Recursos** é responsável pela arrecadação, administração e orçamento interno dos recursos, sejam eles financeiros ou não, que são necessários para a manutenção mínima da entidade, tanto nos projetos quanto nas macroáreas. Dentre os principais usos do dinheiro arrecadado estão impressões, materiais, transporte dos membros e a realização de eventos internos, por isso a arrecadação se faz necessária, não obstante ser uma entidade sem fins lucrativos.

Outro aspecto organizacional importante é que a entidade conta com Reuniões Gerais como instâncias máximas de deliberação coletiva de temas que dizem respeito à entidade como um todo,

o que é essencial tendo em vista que a coletividade é um valor base para nossa atuação. É por meio dessas reuniões periódicas que a entidade está em constante renovação, seja a partir da construção conjunta de novas soluções, seja pelo debate e auto avaliação das ações realizadas, gerando sempre registros que podem ser consultados por quaisquer membros.

Além desses aspectos é importante destacar que a FAU Social foi criada com o intuito de sempre ser renovada, a fim de se perpetuar e consolidar ao longo do tempo. Dessa forma, para garantir essa renovação, bem como promover a pluralidade de opiniões e a legitimidade enquanto um coletivo da FAU, a entidade se propôs a realizar, desde seu início, chamadas anuais de novos membros, divulgando os processos de inscrição e agendando apresentações em horários viáveis para os estudantes interessados. Essa chamada de novos membros é constituída de duas etapas e visa identificar qual a motivação da pessoa que almeja integrar a entidade, assim como sua disponibilidade e comprometimento, além de garantir que a FAU Social consiga realizar projetos de qualidade, sem sobrecarregar os membros projetistas nem os deixar ociosos, o que pode levar à desmotivação.

Ainda nesse sentido, pode-se mencionar aqui desafios importantes com relação à gestão das pessoas e integração dos membros conforme o número de pessoas na entidade aumenta, de modo de que se busca sempre reiterar a importância de participar das reuniões gerais e eventos internos, momentos de formação não só sobre os assuntos da entidade como também de formação pessoal e estabelecimento de vínculos interpessoais.

No que se refere aos projetos, eles se dividem em 6 tipos, dentro do escopo de atuação da FAU Social. São eles:

Intervenções pontuais em locais que necessitem de reestruturação e revitalização em áreas de convívio social e lazer. Mediante a construção conjunta entre os integrantes da entidade e a população assistida pretende-se encontrar soluções adequadas às especificidades de cada local.

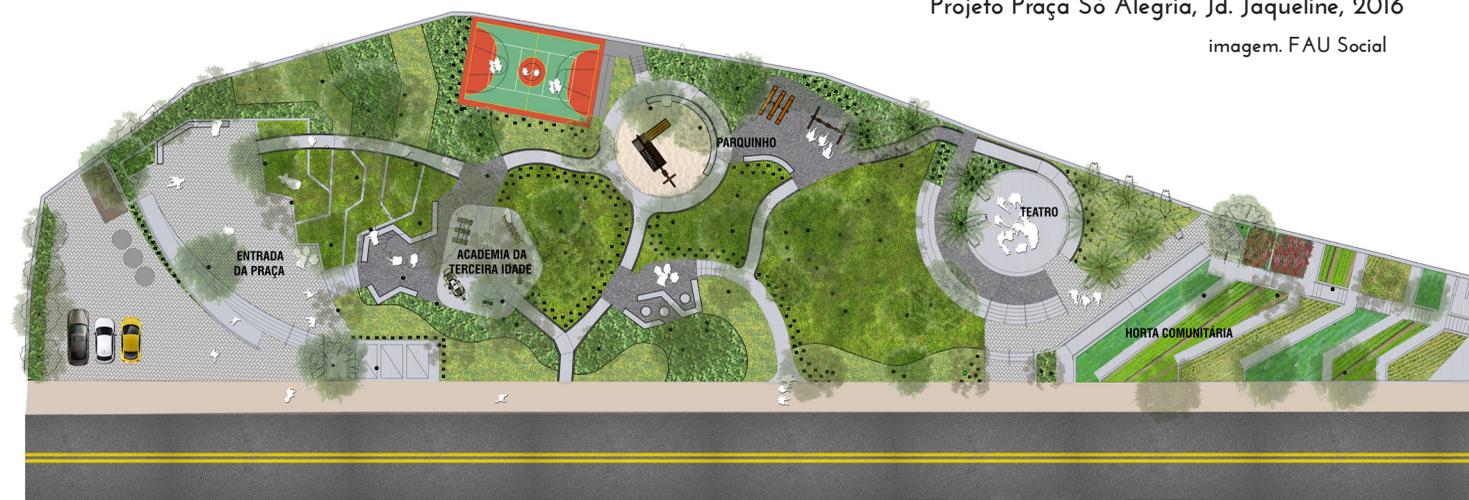
Mapeamento e levantamento, visando o reconhecimento e sistematização de dados locais que venham a instrumentalizar e empoderar populações no encaminhamento de processos legais.

Desenvolvimento de instrumentos de empoderamento da informação, como cartilhas informativas a respeito de técnicas construtivas, direitos civis, processos legais e seus pré-requisitos ou mecanismos de interação com o poder público, com base nas demandas específicas de cada grupo social.

Oficinas de desenvolvimento criativo das comunidades, de modo a apresentar a arte, a música e outros elementos culturais e lúdicos como forma de estímulo à criatividade das crianças, adultos e idosos. Envolve também trabalhos de artesanato, produção de mobiliário simples e outras atividades que integrem a comunidade.

Projetos de incentivo às relações de pertencimento e identificação com o lugar, mediante o resgate de memórias locais e a aproximação das questões sociais da região, como forma de estímulo à noção de direito ao espaço habitado.

Projetos de identidade visual, que venham a desenvolver a linguagem de instituições, entidades parceiras e demais grupos organizados que atuem em causas semelhantes.



Projeto Praça Só Alegria, Jd. Jaqueline, 2016
imagem. FAU Social

Café da manhã e discussão de projeto com moradores. Praça Só Alegria, Jd. Jaqueline, 2016



Para a realização dos projetos, é importante mencionar que os membros, muitas vezes, solicitam orientação dos docentes para pensar soluções, entender questões de ordem técnica das demandas ou mesmo buscar contatos ou referências para o projeto. No entanto, a FAU Social não é vinculada ou supervisionada diretamente por nenhum professor, embora esteja em constante diálogo com a Comissão de Cultura e Extensão Universitária da FAUUSP. A entidade visa trabalhar em atividades e projetos que não necessitem de responsabilidade técnica, porém quando ela é necessária, a entidade realiza parcerias com profissionais e desenvolve o projeto desde o início em conjunto com esse responsável.

Para a captação de propostas e escolha dos projetos, a FAU Social dá início ao processo de inscrição de projetos sempre ao fim de cada semestre, divulgando-o pelas mídias sociais. As propostas são recebidas pelo e-mail e a área de *Relações Públicas* agenda reuniões e visitas aos locais para a apresentação da entidade e entendimento das demandas do projeto proposto. Com isso, todas as propostas são fichadas e compiladas para uma reunião interna de apresentação para os

Praça Só Alegria, Jd. Jaqueline, após intervenção, 2016



membros, onde é feita a escolha dos projetos a serem desenvolvidos. Essa escolha é baseada em critérios pré-estabelecidos, como vulnerabilidade socioeconômica, urgência temporal, número de pessoas alcançadas pelo projeto, compatibilidade com o calendário da entidade, entre outras.

Sendo assim, dado que o número médio de membros por grupo de projeto é de 8 a 10 pessoas, no primeiro ano de atuação a entidade realizou 3 projetos simultâneos em cada semestre (sendo um deles renovado para o segundo semestre), conseguindo ampliar o número de projetos semestrais para 4 no primeiro semestre de 2017, quando passou a contar com 52 membros. Assim, a FAU Social realizou, desde sua fundação, 9 projetos, além de um projeto piloto no início de sua atuação.

Os projetos realizados foram oportunidades ótimas de aplicação dos conhecimentos em prol de demandas reais e contribuíram muito para que os membros desenvolvessem, ao longo dos projetos, a sensibilidade no modo de lidar com diferentes contextos e com a complexidade das dinâmicas e agentes, bem como as diversas variáveis que condicionam o projeto e sua execução.

Nesse sentido podemos mencionar desde os projetos realizados de maior escala, como o projeto da praça na comunidade do Jardim Jaqueline, a regularização fundiária de uma quadra em processo de usucapião em Paraisópolis e o projeto de revitalização dos espaços internos do Pronto Socorro da Lapa, até aqueles de escala mais reduzida, como os projetos de identidade visual, projeto piloto do Cursinho Popular da EACH-USP e de identidade visual da Semana da Educação

da Faculdade de Educação da USP (FE-USP), passando pelos projetos de escala intermediária, como a revitalização do pátio da sede do Projeto Missionário Vila Capriotti, em Carapicuíba, o plano de reforma da Casa do Estudante da Faculdade de Direito da USP, entre outros, que podem ser conferidos na página da entidade (<https://pt-br.facebook.com/fausocial/>). Em todos eles, em diferentes níveis, se mostrou necessário um esforço de compreender as demandas trazidas pelas pessoas e estudar métodos de elaboração de projetos participativos, a fim de propor soluções que realmente façam sentido para determinado contexto.

Grupo de Construção Agroecológica

O *Grupo de Construção Agroecológica* teve início a partir de uma iniciativa estudantil autônoma no fim do ano de 2013 sob o cenário de total esvaziamento da pauta da extensão na FAU. O resgate da discussão e atuação estudantil na extensão se deu a partir da articulação entre cursos da USP e o MST.

Tínhamos não só um cenário de esvaziamento, mas também de falta de acúmulos para a construção de novas iniciativas (apesar de já terem existido diversos coletivos na FAU), portanto recorremos a estruturas e organizações que tinham o debate em um nível mais avançado, sendo elas o Escritório Piloto (EP) da Escola Politécnica com o setor de Agroecologia e o GT de Movimentos Sociais do CEGE USP (Centro de Estudos Geográficos), para assim nos inserirmos em ações que debatem e tem como horizonte a autogestão em organizações e a autonomia estudantil.

Desde o começo, uma das premissas do coletivo é a de atuar com movimentos sociais e entidades organizadas, pois nós, como agentes externos, não nos vemos em pé de compartilhar estímulos e anseios de classe para iniciar uma organização e sim, a partir das nossas diferenças, formar quadros com pessoas organizadas que possam avançar na correlação de forças e na reivindicação de seus direitos.

Outro elemento que também nos reuniu foi a falta de conhecimento prático e teórico sobre as relações de trabalho e de poder no canteiro de obras da construção civil convencional, por mais que o debate já tenha existido na FAU, ele é sempre deixado de lado e evocado em breves citações em sala de aula. Daí que felizmente uma das pessoas que ajudou a estruturar o grupo foi o Chico Barros, arquiteto e pesquisador da área que tem um diálogo constante com o MST e uma leitura afinada do ensino de arquitetura e urbanismo.

A fuga de soluções convencionais para a construção foi o que nos fez debruçar sobre a temática da Agroecologia, a qual traz às claras saberes populares e tradicionais reafirmando a cultura local frente ao avanço da homogeneização de técnicas hegemônicas, as quais tem suas bases na exploração e capitalização dos recursos naturais e humanos.

Em sua grande parte, as nossas reflexões recaíam sobre as contradições de como é o ensino de arquitetura e urbanismo e para quem serve, bem como o distanciamento que criamos sobre a grande massa de trabalhadoras e trabalhadores, os quais muitas vezes não passam de meros objetos

de estudos para pesquisas acadêmicas. Para nos embasar, recorremos a alguns teóricos que nos ajudaram a fundamentar a ação, sendo dois deles o educador Paulo Freire e o arquiteto Sérgio Ferro.

Inicialmente atuamos em duas ações, que se estenderam por todo o ano de 2014, de forma quase simultânea: a ocupação urbana do MST, em Itapevi, e a construção da casa Frida Kahlo, na Escola Nacional Florestan Fernandes. A primeira surgiu a partir da necessidade de massificação dessa nova frente de luta do movimento, que são as ocupações urbanas. Já a segunda a partir de uma demanda para reformar a Casa das Artes da ENFF a partir de uma pequena verba que eles conseguiram.

Ocupação Itapevi

A ocupação de Itapevi nos propiciou primeiramente um contato mais intenso com as bases do movimento e um alinhamento com entidades estudantis autogeridas. Nos inserimos num contexto de pré-despejo e uma nova ocupação. Nós, junto com alunos da Poli, elaboramos duas oficinas pontuais, a primeira da construção de um banheiro seco, trazendo para a comunidade questões referentes ao impacto ambiental do assentamento humano sem infraestrutura e outra oficina de construção de barraco para as mulheres, trazendo questões para elas sobre como a dominação da técnica pelos homens determinava o desenho da ocupação e afirmava vícios de gênero.

As oficinas citadas acima, além de trazer a reflexão ambiental e de gênero, foram fundamentais num segundo momento, onde participamos ativamente da nova ocupação do movimento, construindo conjuntamente o desenho da ocupação, construção do barracão coletivo, dos barracos e dos banheiros secos. O fim dos trabalhos se deu com um despejo truculento pela polícia civil de Itapevi, conseqüentemente desgastando a união política das famílias. Ainda houve um acompanhamento das famílias realocadas, mas era o fim de um ciclo de lutas pelo direito à terra em Itapevi.

Casa Frida Kahlo

No trabalho na ENFF pudemos nos debruçar quase que exclusivamente à uma vivência no canteiro de obras, onde optou-se por construir uma cobertura de bambu mossô e sapê para a estrutura já existente. Esse período que vivenciamos lá nos fez refletir sobre as relações de trabalho no canteiro e as conversas de canto com os trabalhadores nos fazer pensar sobre como o arquiteto, tradicionalmente, é a personificação do “não-diálogo” e do ser alienado ao canteiro.

Visita à casa de morador do Assent. D. Pedro Casaldáliga, Cajamar, 2015



A escolha de materiais não convencionais como o bambu e o sapê também entendemos como um posicionamento político, visto que o domínio da técnica por trabalhadores tradicionais revertia a lógica de exploração a qual muitas vezes é ferramenta para um regime quase escravista na construção civil. Pegando o exemplo do seu Gilberto, mestre do sapê, além da aula excepcional sobre como trabalhar com o material, ele exaltava o papel do artesão tradicional. Outro ponto interessante a salientar é que a solução para a estrutura do telhado foi feita *in-loco* pelo mestre bambuzeiro Eliézio, não se submetendo ao “traço divino” do arquiteto projetista.

Assentamento Rural Dom Pedro Casaldáliga

Projeto de Reforma das Casas

A inserção no assentamento não se iniciou com um trabalho do grupo em si, mas por uma série de atividades que o EP da Poli promovia para melhorias da infraestrutura local e fortalecimento das entidades comunitárias. Portanto, o grupo teve um período de reconhecimento e familiarização que demorou mais de um ano para acontecer e, nesse período, sempre houve a sensibilidade de afirmar as diferenças e de nos apresentar não como integrantes mas como aliados ao movimento, também às pautas da reforma agrária e agroecologia.

A partir de uma demanda local de reformar as casas no assentamento, concluímos em conjunto com a comunidade que havia um horizonte real



foto. GCA

Projeto Bambuzeiras, Assentamento Rural Dom Pedro Casaldáliga 2017

de acesso à verba via o Programa Nacional de Habitação Rural pelo Minha Casa Minha Vida através da Entidade Organizadora. Então dividimos os trabalhos técnicos em etapas: a primeira consistia em uma ida de casa em casa para saber do real interesse das famílias no projeto e uma aproximação do coletivo às particularidades e dinâmicas da casa; num segundo momento foi feito o *as built* e diagnóstico de patologias para ter um panorama geral e traçar prioridades coletivas; o terceiro momento consistiu em digitalizar e identificar apontamentos levantados in loco.

Após esse terceiro momento houve uma mudança no cenário das políticas públicas de habitação no governo federal, as quais não eram nem um pouco positivas para a nossa situação. Por conta disso empacamos em questões burocráticas com o corpo técnico da Caixa Econômica Federal para a liberação dos recursos para a reforma



foto. GCA

Moradora do Assent. D. Pedro Casaldáliga, Cajamar, 2015

Projeto Bambuzeiras

O último projeto que estamos fazendo em conjunto com o assentamento é fruto de uma parceria entre o GCA, MST e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP. O projeto foi concebido na forma de curso exclusivo para as assentadas, além das questões técnicas sobre manejo e beneficiamento da matéria prima bambu, o curso trás no fronte questões sobre gênero, raça e classe, tratadas no momento do curso e também através de dinâmicas.

O papel do nosso coletivo nessa construção conjunta não se restringe somente às questões técnicas de como operar com o bambu, mas de como esse insumo técnico pode viabilizar um suprimento de necessidades de objetos e móveis nos lotes além de uma alternativa para um acréscimo na renda familiar. Outra questão que sempre pautamos é a socialização e a desmistificação do ato de projetar e executar, numa tentativa constante de estimular a noção do desenho não como uma ferramenta de dominação, mas como uma ferramenta racional e efetiva de projeto.

Praça Mirante

Em contato com o grupo Música de Bairro, que realiza projeto de formação musical na região do Bairro Vila Mirante em Pirituba, fomos apresentados à ideia de construir um mobiliário para uma praça, onde está localizada a sede do grupo Música de Bairro. Havia uma necessidade de revitalizar o local e construir um mobiliário que possibilitasse as aulas de música em ambiente externo e que também fosse um espaço para apresentações musicais e um local de encontro para os moradores.

Em conjunto com o grupo Música de Bairro, o Grupo de Construção Agroecológica realizou oficinas de ideias para a idealização do projeto. Unindo as necessidade do grupo que trabalha no local e a opinião de projeto e viabilidades do Grupo de Construção, foi desenhado um projeto de arquibancadas e palco, uma espécie de arena em pequena escala. A técnica utilizada para a construção precisava ser de baixo custo

e facilmente executável pelos integrantes dos dois grupos, bem como pelos moradores que se interessassem pelo trabalho. Foi escolhida a técnica do superadobe que consiste na sobreposição de sacos cheios de terra, travados por arame farpado e depois pilados. Após esse processo, os sacos são queimados e é feito o piso de concreto sobre as áreas que receberão carga direta das pessoas. Por fim, é feito um acabamento nas superfícies verticais com uma mistura de terra, areia, cimento e água. O grupo aplicou ainda sobre esse acabamento pequenos pedaços de azulejos com cores.

Foi uma experiência recíproca, na qual todos os envolvidos puderam participar e aprender algo. Ao longo de quatro encontros em finais de semana consecutivos, reunimos pessoas dos dois grupos e, principalmente, moradores de diversas idades. Trabalhamos em diferentes frentes para viabilizar o que estava sendo proposto: preparação do canteiro de obras, construção do mobiliário, brincadeiras

com crianças, limpeza da praça, produção de uma espiral de ervas comunitária, registro fotográfico e escrito e a preparação dos lanches para os participantes. Terminadas as atividades, o grupo Música de Bairro organizou a inauguração da praça com apresentações musicais de alunos e moradores e um lanche coletivo. Foi um dia especial, estavam todos alegres com o novo espaço no bairro.

Após um ano da construção foram observados alguns problemas no revestimento lateral das arquibancadas. A água da chuva acabou degradando parte desse revestimento já que o piso dos patamares foi executado sem pingadeiras. O Grupo de Construção, em conjunto com o Música de Bairro está organizando para o início de setembro (setembro de 2017) uma restauração do mobiliário nos pontos mais essenciais. Dessa vez, será feito um reforço no revestimento, incluindo uma primeira camada com folhas secas e tela de galinheiro e uma segunda camada de acabamento final.

Inauguração da Praça Mirante Cultural em parceria com o Coletivo Música de Bairro, Pirituba, 2016



foto. GCA

Considerações Finais

Contemplados os três coletivos, explicita-se também a necessidade de integração e interlocução contínua entre os grupos e todas as formas de extensão, dado o vasto potencial de atuação e o caráter complementar que cada modelo tem, um sobre o outro. Destaca-se de forma felicitante que este artigo foi justamente uma ótima oportunidade inicial de integração entre os coletivos, levando-nos a dialogar e conhecer melhor as peculiaridades de cada grupo.

Outra afirmação que deve ser feita é o fato dos estudantes sofrerem críticas ao realizarem manifestações políticas e mobilizações da categoria estudantil, como greves e atos em torno de pautas latentes do movimento estudantil, como a democratização e manutenção do ensino público, a instauração das cotas na universidade e em cada faculdade, a adequação da grade curricular para evitar a tradicional sobrecarga e excesso de estresse que os estudantes passam; porém, estes mesmos estudantes são elogiados pela atuação nos coletivos de extensão, principalmente os projetos que ganham por ventura algum espaço na pequena mídia universitária, sem saber que

estes mesmos estudantes realizam tanto a militância quanto a extensão, e que sem militância não há extensão que não seja precarizada. Almeja-se seguir obtendo vitórias no sentido da democratização, visto que jamais se deve esquecer que as conquistas obtidas até o momento na direção de um ensino mais inclusivo e democrático parte da iniciativa estudantil, que pressiona a burocracia com muita luta. Deve-se lembrar disto visto que a burocracia tende a tomar para si os louros das vitórias do movimento estudantil.

Neste cenário, é possível concluir que as adversidades dos coletivos de extensão, refletida nas dificuldades do próprio movimento estudantil, acabam por gerar experiências interessantes como as aqui destacadas. Portanto, deixa-se a reflexão: se, em situação de precarização da Extensão Universitária, a riqueza e importância dos projetos realizados pelos coletivos já se destaca, deve-se almejar com clareza que essas atividades recebam o fomento que lhes é tão necessário, pois certamente os resultados apresentados serão afirmativamente cada vez mais significantes, tanto para a sociedade, quanto para a formação cidadã dos estudantes de arquitetura, urbanismo e design da FAUUSP.